



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO 2/2025

RESUMO DAS QUESTÕES OBJETIVAS ANULADAS APÓS ANÁLISE RECURSAL

CURSO	CÓDIGO DA QUESTÃO	ENUNCIADO
	DIRPG224DP08	(DIRPG224DP08) A respeito dos diferentes tipos de penas previstas no Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa correta: a. A pena privativa de liberdade pode ser substituída por restritiva de direitos, desde que a pena aplicada não seja superior a quatro anos e o crime não tenha sido cometido com violência ou grave ameaça. b. As penas restritivas de direitos podem substituir a pena privativa de liberdade em qualquer tipo de crime, independentemente da pena aplicada. c. A pena de multa é fixada em dias-multa, cujo valor é estabelecido livremente pelo juiz conforme sua discricionariedade. d. A pena de reclusão deve ser cumprida inicialmente em regime fechado, sem possibilidade de progressão para regimes mais brandos. e. A pena de detenção pode ser cumprida inicialmente em regime fechado, semiaberto ou aberto, a depender da gravidade do crime.
	DIRPG125DP04	(DIRPG125DP04) O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Tício, ao argumento de que, em junho de 2023, o denunciado destruiu estabelecimentos destinados à defesa nacional, com o fim de abolir o Estado Democrático de Direito. Em juízo, após a observância do contraditório e da ampla defesa, como consectários do devido processo legal, os fatos narrados na exordial acusatória foram devidamente comprovados. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Tício incorrerá no crime de: a. Abolição violenta do Estado Democrático de Direito. b. atentado à integridade nacional. c. Violência política. d. atentado à soberania. e. Sabotagem.
	DIRPG224PC07	DIRPG224PC07) Considere a seguinte situação hipotética: O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública buscando a indenização por danos materiais e morais de atingidos por desastre ambiental decorrente do manejo irregular de área de proteção ambiental (APA) federal, sendo boa parte do grupo lesado remanescentes de comunidades de quilombos situada ao lado da APA. A Defensoria Pública da União também foi procurada por vários indivíduos quilombolas para o ajuizamento de ações indenizatórias a título individual. Nesse caso: a. Sendo procedente a ACP ajuizada pelo MPF, transitada em julgado, as ações individuais não serão afetadas, podendo ser julgadas procedentes ou improcedentes. b. Sendo procedente a ACP ajuizada pelo MPF, as ações individuais eventualmente em curso deverão ser extintas, diante da coisa julgada coletiva. c. Sendo improcedente a ACP ajuizada pelo MPF, transitada em julgado, o prejudicado pelo dano ambiental estará impedido de ajuizar ação indenizatória individual, diante da coisa julgada coletiva. d. Sendo procedente a ACP ajuizada pelo MPF, transitada em julgado, e a ação individual for julgada improcedente, pode o prejudicado se valer da coisa julgada coletiva. e. Sendo improcedente a ACP ajuizada pelo MPF, transitada em julgado, as ações individuais eventualmente em curso deverão ser extintas, diante da coisa julgada coletiva.

**DIREITO
PÓS-GRADUAÇÃO**

DIRPG224AD04	(DIRPG224AD04) Autarquia é uma pessoa jurídica, submetida ao regime jurídico de Direito Público, criada diretamente por meio de lei para desenvolver atividades típicas de Estado, integrando a Administração Pública indireta. São dotadas de autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio. a. A extinção das autarquias, em razão do princípio da instrumentalidade, dispensa edição de lei específica com esta finalidade, podendo ser realizada mediante decreto. b. O foro processual para processo e julgamento das autarquias independe de qual esfera federativa a entidade pertence: Por estarem regradas pelo regime constitucional, tanto autarquias federais, estaduais ou municipais terão como foro competente a justiça Federal. c. Diferentemente dos bens das demais pessoas jurídicas de direito público, os bens públicos das autarquias estão sujeitos à penhora para satisfação dos créditos dos particulares em face da Administração Pública, não se aplicando o regime de precatórios. d. (d) Os agentes são contratados pelas autarquias por meio de concurso público e são nomeados para ocuparem cargo público. Estes servidores públicos são submetidos ao regime jurídico estatutário, atendendo à regra prevista no art. 39 da Constituição Federal que estabelece a obrigatoriedade de um regime jurídico único para os servidores públicos da Administração Pública direta e das autarquias e fundações públicas dos Entes Federados. e. A autonomia administrativa das autarquias pode ser compreendida também como autonomia política, consistente na capacidade de auto-organização (edição de sua própria constituição ou lei orgânica) e possibilidade de edição de leis de seu interesse.
DIRPG224AD06	(DIRPG224AD06) A imposição de concurso público abrange toda a Administração direta e indireta, inclusive as empresas públicas e sociedades de economia mista e está fundada, especialmente, nos princípios da impessoalidade, da moralidade e da eficiência. a. O Supremo Tribunal Federal entende não ser legítima a cláusula de edital de concurso público que restrinja a participação de candidato pelo simples fato de responder a inquérito ou ação penal. b. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, o edital de concurso público não pode estabelecer restrição em razão de o candidato possuir tatuagem, nem mesmo quando o conteúdo da tatuagem viole os valores constitucionalmente protegidos, haja vista que tal situação poderia se enquadrar como censura prévia. c. O STF possui jurisprudência pacífica no sentido de que se deve manter no cargo servidor público que tomou posse por meio de decisão de caráter precário (mediante liminar, por exemplo) mesmo que posteriormente tenha sido revogada, haja vista ter-se dado fato consumado, em respeito aos princípios da segurança jurídica e proteção da confiança. d. A prorrogação do concurso público é ato vinculado da Administração, havendo direito subjetivo dos candidatos aprovados, mesmo que fora das vagas previstas em edital, à prorrogação do certame. e. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, a limitação de idade, sexo e altura para o ingresso na carreira militar é inválida, mesmo que haja previsão em lei específica e no edital do concurso público
DIRPG224AD11	(DIRPG224AD11) Os elementos do ato administrativo, também conhecidos como “requisitos de validade” por parcela doutrinária, são os elementos básicos para a produção do ato e para a sua validade, ou seja, ausente um desses elementos ou a verificação de um defeito jurídico em um desses requisitos leva à anulação do ato administrativo, salvo se o defeito for sanável e o ato puder ser convalidado. Sobre o tema, considere as seguintes assertivas: I - A competência é de exercício obrigatório, razão pela qual o agente público, diante da situação prevista na lei, deve adotar a conduta nela prevista. Por este motivo, o elemento competência será sempre vinculado. II – Da mesma forma que o excesso de poder, o vício de finalidade é insanável, sendo que o ato eivado desta espécie de ilegalidade absoluta não é suscetível de convalidação, devendo, obrigatoriamente, ser anulado. III - O vício no elemento forma do ato administrativo é sanável e, por este motivo, o ato é passível de convalidação na forma da lei. IV - O vício de objeto é insanável, não sendo cabível a convalidação do ato administrativo. É correto o que se diz: a. (e) Em II, III e IV, apenas. b. Em I, III e IV, apenas; c. Em II e IV, apenas; d. Em I, II e III, apenas; e. Em II e III, apenas;

	DIRPG224AD10	DIRPG224AD10) Uma das grandes preocupações no estudo dos Atos Administrativos é a sua validade. Sabe-se que atos viciados podem gerar consequências jurídicas, como sua anulação, sua inexistência, ou sua nulificabilidade. Sobre o tema, assinale a alternativa correta: a. A declaração de nulidade de um ato administrativo viciado implica que os efeitos que tenham beneficiado terceiros de boa-fé devem ser revogados, em respeito ao princípio da segurança jurídica. b. O ato inexistente é o que possui um defeito sanável, podendo ser convalidado pela Administração Pública, desde que não acarrete prejuízos a terceiros nem ao interesse público. c. A ausência de motivação em ato administrativo discricionário implicará na nulidade do mesmo. d. Uma vez reconhecida a nulidade de um ato administrativo, esta produzirá, via de regra, efeitos ex tunc. e. Atos irregulares são os detentores de defeitos levíssimos e irrelevantes à forma mas que, no entanto, não podem ser dotados de validade, em respeito ao princípio da legalidade.
	DIRPG125DC02	(DIRPG125DC02) Um dos instrumentos mais antigos e eficazes na garantia de direitos fundamentais é o habeas corpus. Previsto na Declaração Universal de Direitos Humanos, é também assegurado expressamente na Constituição Federal de 1988. Sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre habeas corpus, considere: I – É cabível o conhecimento de habeas corpus mesmo quando já extinta a pena privativa de liberdade; II - Não se conhece de recurso de habeas corpus cujo objeto seja resolver sobre o ônus das custas, por não estar mais em causa a liberdade de locomoção; III – O habeas corpus não se presta à revisão, em tese, do teor de súmulas da jurisprudência dos tribunais. IV – O habeas corpus é, via de regra, instrumento hábil para a correção da dosimetria da pena imposta pelo magistrado, mormente se observadas as determinações legais pertinentes ao sistema trifásico de cálculo. É correto o que se diz em: a. III e IV, apenas; b. I e II, apenas; c. II e III, apenas; d. II, III e IV, apenas; e. I e IV, apenas;
DIREITO GRADUAÇÃO	DIRG224PC13	(DIRG224PC13) Sobre as Ações de Improbidade Administrativa é correto afirmar que: a. Atualmente, não é possível a consumação de prescrição intercorrente no âmbito dos processos que tratam de atos de improbidade administrativa b. Tendo em vista os elevados impactos causados pela Lei nº 14.230 de 2021, a grande maioria dos processos de ações de improbidade administrativa ajuizados pela Fazenda Pública estão suspensos c. Aplica-se o princípio constitucional da retroatividade da norma mais benéfica (inciso XL, do art. 5º da CF/88) no âmbito das ações de improbidade administrativa d. Entende o Supremo Tribunal Federal que o Poder Judiciário, no que se refere aos processos judiciais ainda em tramitação, não mais pode condenar os acusados pela prática de ato de improbidade administrativa culposos e. Conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal, as alterações promovidas pela Lei nº 14.230 de 2021 não gozam de repercussão geral